

Atribuição BB CY 4.0

Políticas Públicas: um olhar voltado para o direito às crianças e a prioridade do Estado

Andreia da Silva de Souza¹
Suelen Castilho Gonçalves²

Resumo

A infância desempenha um papel crucial na formação de habilidades, especialmente nos primeiros anos de vida. O objetivo deste estudo é avaliar a percepção dos cuidadores das crianças que participam do Programas Criança Feliz (PCF) e Primeira Infância Melhor (PIM). Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva realizada em três municípios do Rio Grande do Sul, por meio de uma entrevista semiestruturada com as famílias beneficiárias dos programas. A análise dos dados foi conduzida de forma manual, por meio de análise de conteúdo. Os principais resultados indicaram que as visitadoras desempenham um papel significativo no desenvolvimento das crianças, a quantidade de atendimentos oferecidos pela integração dos programas. Espera-se que os resultados desta pesquisa proporcionem uma compreensão mais ampla da percepção das famílias que utilizam esses programas.

Palavras-chave

Políticas Públicas; Infância; Programas.

Recebido em: 03/01/2024
Aprovado em: 10/07/2024

¹ Mestre em Administração Pública na Universidade Federal de Santa Maria, Especialista em Gestão Pública e Graduada em Administração Pública pela Universidade Estadual do Maranhão. E-mail: andreiahiss@gmail.com

² Mestranda em Administração na Universidade Federal de Santa Maria, Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Anhaguera. E-mail: suelen17041993@hotmail.com

Public Policies: a look at the right to children and the priority of the State

Abstract

Childhood plays a crucial role in shaping skills, especially in the early years of life. The objective of this study is to evaluate the perception of caregivers of children who participate in the Criança Feliz (PCF) and Primeira Infância Melhor (PIM) Programs. Methodologically, the study adopts a qualitative, exploratory and descriptive approach carried out in three municipalities in Rio Grande do Sul, through a semi-structured interview with families benefiting from the programs. Data analysis was conducted manually, using content analysis. The main results indicated that visitors play a significant role in the development of children, the amount of care offered by the integration of programs. It is hoped that the results of this research will provide a broader understanding of the perception of families who use these programs.

Keywords

Public Policy; Infancy; Program.

Introdução

A importância da primeira infância é amplamente reconhecida em pesquisas e estudos, incluindo as descobertas das neurociências, que demonstram que nos primeiros anos de vida, o cérebro passa por um rápido desenvolvimento e é particularmente sensível aos estímulos de um ambiente enriquecedor e estimulante. Garantir os direitos das crianças representa uma prioridade incontestável para o Estado brasileiro, conforme estipulado pela Constituição Federal e fortalecido pelo Marco Legal da Primeira Infância (Lei n.º 13.257, de 8 de março de 2016) (MORI; ANDRADE, 2018).

Esses direitos são orientados pelo reconhecimento do valor inato da criança como ser humano, em sua condição de indivíduo em desenvolvimento e digno de proteção integral. Destaca-se, ainda, a necessidade imperativa de implementar políticas específicas e prioritárias voltadas para a promoção e defesa de seus direitos (SANTOS et al., 2019).

O Programa Criança Feliz (PCF) e o Primeira Infância Melhor (PIM) buscam promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e acompanhamento do desenvolvimento infantil integral nas áreas de saúde, educação, assistência social, cultura e direitos humanos, articulação de políticas e mobilização da sociedade em prol da primeira infância. Inicialmente, o objetivo é examinar a concepção de política social subjacente dos programas, simultaneamente, analisar como a integração entre eles e como estava sendo posto em prática no Estado do Rio Grande do Sul (RS).

Dado o alinhamento nos objetivos e no modelo de prestação de serviços dos Programas Criança Feliz e Primeira Infância Melhor, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul está empenhado em integrá-los em âmbito estadual e municipal (MARTINS, 2023). No contexto da administração do serviço público, essa integração representa uma otimização e um aproveitamento mais eficiente dos recursos humanos, financeiros e materiais envolvidos. Ela facilita a combinação de habilidades, a fusão de conhecimentos e a formulação de estratégias de gestão colaborativas, que contribuem para uma assistência abrangente às famílias, gerando resultados multiplicados e evitando a duplicação ou sobreposição de atendimentos (VENANCIO, 2018).

A perspectiva dos beneficiários também é favorecida, uma vez que essa integração possibilita a expansão da cobertura para um público-alvo mais amplo, abrangendo outras situações de vulnerabilidade que não estão contempladas pelo

Cadastro Único (CadÚnico). Isso amplia o alcance dos serviços prestados e fortalece o suporte a grupos em situações diversas de necessidade (MIRANDA, 2022). O que inicialmente foi observado é que, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF88), a política de assistência social alcançou avanços significativos, apesar de não ter sido colocada como prioridade nas agendas governamentais (COURI; SALVADOR, 2017).

O processo de formulação dessa política iniciou-se com a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1993 e, posteriormente, com a gradual construção da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ambos ratificados em 2004. Ao longo dessas três décadas desde que foi concebida como política social, a assistência social tem sido influenciada por programas governamentais pontuais, que distorcem muitas vezes o papel do Estado em relação à população que necessita dessa política (JACCOUD et al., 2020).

Sabendo da importância dos programas direcionados à primeira infância no progresso das crianças e sua influência ao longo do curso da vida, e levando em conta a complexidade das estruturas desses programas, o objetivo deste estudo é abordar a seguinte questão de pesquisa: Como os indivíduos beneficiários do PCF e PIM avaliam a eficácia das iniciativas implementadas por esses programas?

Ao abordar essa indagação, a intenção é produzir uma avaliação da excelência das atividades do programa, ao mesmo tempo, em que se considera a eficácia do investimento realizado. Portanto, traçar trajetórias de aprimoramento, avaliar a aderência da implementação às expectativas e fornecer evidências que embasem propostas de solução. Com esse propósito, as unidades de análise abrangem municípios que representam em cinco regiões do Rio Grande do Sul.

A seleção do Rio Grande do Sul é devido à relevância que o estado possui em âmbito nacional, uma vez que foi pioneiro na criação de um programa de apoio às famílias com foco na primeira infância. Além disso, alguns municípios do Rio Grande do Sul adotam ambos os programas, tornando-o um caso singular em relação aos outros estados. Isso oferece a oportunidade de desenvolver ações sinérgicas para o público-alvo, criando um ambiente de duplo benefício.

Para alcançar esse objetivo, torna-se fundamental examinar a perspectiva dos agentes e das famílias envolvidos nos programas PCF e PIM sobre as

atividades realizadas em seus respectivos municípios. Portanto, o presente estudo está diretamente relacionado às Políticas Públicas para a primeira infância, com um foco específico na coleta de informações das famílias que atuam no PCF e PIM na região do Rio Grande do Sul. Esse enfoque visa identificar o papel desempenhado por esses programas.

A abordagem metodológica proposta para esta pesquisa visa aprofundar a compreensão das políticas públicas. Trata-se de um estudo exploratório, descritivo, de abordagem metodológica qualitativa, baseado em uma entrevista semiestruturada, nas quais foram investigadas a opinião das famílias beneficiadas. No critério de viabilidade, as informações foram obtidas pelo projeto: “A satisfação dos beneficiários dos Programas Primeira Infância Melhor (PIM) e Criança Feliz (PCF): uma análise sob a ótica das famílias gaúchas” Edital 05/2022 Programa de Apoio a Pesquisa Aplicada em Finanças Públicas, Estrutura Produtiva, Análise Econômica e Políticas Públicas do Estado do Rio Grande do Sul (PFP), que recebeu fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

Essa pesquisa proporcionou um aprofundamento no entendimento das questões sociais relevantes para o país, a UFSM e o Programa de Mestrado em Administração Pública. Devido à importância do tema, a concentração nos beneficiários do PCF e do PIM pode ser considerada um dos fundamentos que sustentam a relevância deste estudo. Isso se deve ao fato de que, atualmente, a questão da primeira infância tem adquirido destaque nacional, refletindo os esforços empreendidos para fortalecer ou implementar programas de primeira infância em diversas nações. Além disso, observa-se o engajamento de organizações como as Nações Unidas, o Banco Mundial e o Unicef nesse contexto.

Revisão de Literatura

A atenção à primeira infância está ganhando destaque crescente nos âmbitos político, público e acadêmico, tanto em nações desenvolvidas quanto em economias emergentes. A primeira infância compreende o período que vai da gestação até os 6 anos e desempenha um papel essencial no desenvolvimento humano. É durante essa fase que ocorrem as conexões cerebrais mais significativas, o que facilita o processo de aprendizagem (SILVA et al., 2018).

Logo, a importância dos investimentos na fase inicial da vida, conhecida como primeira infância, e suas implicações têm sido debatidas em diversas

instituições internacionais, como o Banco Mundial, a Fundação das Nações Unidas para a Infância, a Organização Mundial da Saúde e até mesmo foi incorporada como um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pela Organização das Nações Unidas (ONU) (GOMES; FERREIRA, 2018).

As intervenções durante essa fase, como programas de auxílio direcionados a crianças e famílias, geram resultados com um impacto duradouro que se estende ao longo da vida. Essas iniciativas não só contribuem para a atenuação das disparidades, especialmente quando voltadas para crianças em situação socioeconômica desfavorável, mas também proporcionam retornos substanciais. A eficácia e a relevância dos programas de intervenção destinados a gestantes e crianças na fase inicial da vida são reconhecidas por seu impacto positivo no panorama da saúde e no progresso do desenvolvimento infantil (CAPILHEIRA; MOTA; LOCKMANN, 2021).

No Brasil, somente em 2016 foi estabelecido um programa de alcance nacional voltado para aprimorar os laços familiares e fornecer acompanhamento tanto para crianças quanto para gestantes. Denominado Programa Criança Feliz, seu objetivo é contribuir para o desenvolvimento holístico das crianças durante a primeira infância (PEREIRA; MARQUES, 2018). Conforme Zago, Andrichetti e Sehn (2022), o PCF é um dos maiores programas globais de visitas domiciliares. Logo, Alessandra et al. (2013), descreve que é relevante ressaltar que um programa com objetivos semelhantes já estava em operação no estado do Rio Grande do Sul – o Programa Primeira Infância Melhor – que, à medida que o PCF se expandiu, passou a colaborar com iniciativas conjuntas voltadas para as famílias.

Apesar de diversos estudos se empenharem em avaliar o impacto do PIM e, mais recentemente, do PCF em relação a indicadores de saúde infantil, a pesquisa que avalia a satisfação dos usuários dos programas ainda é limitada. Na prática, compreender se as ações do programa conseguem atender às necessidades do público-alvo é tão crucial quanto avaliar seus efeitos finais (MARINO, 2022).

Quando o programa é implementado, a qualidade das ações que ele empreende é um fator primordial para gerar resultados positivos. Contudo, uma vez que esses programas são executados ao nível estadual ou federalmente, a implementação das ações e das visitas domiciliares é descentralizada, incumbindo aos municípios a adesão e execução (ARCOVERDE; MÉLO;

BEZERR, 2019). Isso leva a uma estrutura de gestão que envolve diversas instâncias federativas e administradores públicos, o que aumenta a complexidade do monitoramento e da administração. Portanto, investigar a qualidade das ações, na prática, é um mecanismo vital para garantir o êxito do programa (VENTURA, 2022).

Considerando que, a primeira infância é uma etapa rica em desenvolvimento e potencial, mas, ao mesmo tempo, é um período sensível que demanda cuidados e aportes financeiros. Os investimentos públicos brasileiros direcionados à primeira infância visam alcançar resultados que podem ter um impacto duradouro na vida das crianças e na sociedade (SILVA, 2021). Devido à importância dos primeiros anos de vida, das políticas públicas voltadas para a primeira infância e dos recursos alocados para esse fim, é evidente que "investimentos bem aplicados nessa fase resultam em retornos socioeconômicos significativos no futuro de uma sociedade, razão pela qual diversos países já estabeleceram que esse tema deve ser considerado uma prioridade absoluta (CAVALCANTI; RIVEROS, 2020).

Assim, considerando a relevância dos programas direcionados à primeira infância para o progresso das crianças e seu impacto contínuo ao longo do ciclo de vida, e cientes da intrincada organização desses programas. Nessa linha, observa-se a essência do programa é apoiar as famílias quanto a sua natureza social e emocional, a qual estão situadas. Para tanto, as famílias são assistidas por agentes que desenvolve atividades lúdicas específicas (ALESSANDRA et al., 2021), destinada a promover o desenvolvimento da criança, criando condições de integração. Assim, o município e o estado têm buscado utilizar instrumentos para monitoramento do programa, assim como as ações estratégicas de avaliação das famílias a respeito dos serviços prestados na área de atuação (ARCOVERDE; MELO; BEZERRA, 2019).

Metodologia

Neste tópico, descrevemos os procedimentos metodológicos que constituem a pesquisa, delineando como eles foram empregados para alcançar os objetivos estabelecidos. Esse estudo caracteriza-se quanto à forma de abordagem como pesquisa qualitativa. Para Marconi e Lakatos (2015) a abordagem qualitativa consiste em uma pesquisa que tem como base a investigação e interpretação de questões mais profundas, visando detalhar a complexidade do

comportamento humano e fornecer análises minuciosas relacionadas às descobertas, ações e tendências comportamentais.

No que diz respeito aos objetivos, a pesquisa é categorizada como descriptiva, ou seja, tem como propósito detalhar as características de uma população específica ou de um fenômeno, além de estabelecer relações entre variáveis relevantes. Quanto à classificação da pesquisa, está relacionada consoante os procedimentos técnicos, a coleta de dados da pesquisa é realizada por meio de métodos bibliográficos e documentais (GIL, 2016).

Para compor a pesquisa, foram selecionados três municípios do estado do Rio Grande do Sul. A escolha dessas cidades devido à execução e integração do PCF e PIM dando ênfase ao objeto de pesquisa. Logo, os entrevistados da pesquisa, como fonte de dados primários, foram as famílias do Programa PCF e PIM. Para a coleta de dados primários, foi realizada uma entrevista semiestruturada com duas pessoas de cada município. Essa tipologia de entrevista foi selecionada devido à sua capacidade de permitir que o entrevistado se sinta à vontade para expressar suas ideias nas respostas, ao mesmo tempo, em que dá ao entrevistador a flexibilidade de direcionar cada momento conforme o que considerar mais apropriado, o que, por sua vez, favorece uma exploração abrangente do tema.

As entrevistas foram conduzidas de forma individual e online, utilizando dispositivos móveis, como smartphones, através do aplicativo WhatsApp. Todas as entrevistas ocorreram no período de 10 de abril a 10 de setembro de 2023, sendo agendadas pelo telefone dos beneficiários nos programas. Também foi comunicado aos participantes que suas identidades seriam mantidas em sigilo, assim como suas respostas, e que poderiam interromper a entrevista a qualquer momento se tivessem dúvidas sobre as perguntas ou desejassem compartilhar suas experiências. Antes de iniciar as entrevistas, os entrevistados receberam informações sobre o objetivo, o tema e a importância da pesquisa.

Para assegurar a confidencialidade das identidades dos participantes, foram utilizados códigos de identificação durante a coleta de dados: A1, A2, B1, B2, C1 e C2. A letra corresponde ao município e o número às entrevistadas. Dessa maneira, elaborou-se um roteiro de entrevista semiestruturada detalhada, visando capturar informações de maneira abrangente. Optou-se por um protocolo de entrevista em dois blocos: o primeiro bloco, o perfil dos respondentes e o segundo bloco, com perguntas sobre o serviço prestado.

Quadro 1 – Roteiro de entrevista com os beneficiários dos programas.

Blocos	Questões
Bloco 1 – Perfil dos beneficiários.	1.1 Idade. 1.2 Escolaridade. 1.3 Estado Civil. 1.4 Sexo. 1.5 Parentesco com a criança.
Bloco 2 – Satisfação com o programa.	2.1 A visitadora utiliza identificação do programa? 2.2 A visitadora deixa claro o motivo da visita? 2.3 Em caso de necessidade, a visitadora ajuda no encaminhamento para a assistência em geral? (exemplo: cesta básica) 2.4 A visitadora cumpre com os horários combinados? 2.5 Você se sente à vontade com a visitadora? 2.6 A visitadora contribui no desenvolvimento da criança? 2.7 Você avalia de forma positiva o PIM e o PCF?

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Resultados e Discussões

No primeiro bloco, apresenta-se o perfil dos entrevistados, visando conhecer o perfil sociodemográfico, que será demonstrada no Quadro 2. Também é informado os respectivos códigos que serão utilizados para a apresentação das narrativas das entrevistadas. Esse estudo tem por finalidade reunir perspectivas equivalentes, permitindo uma visão mais abrangente dos resultados obtidos. Além disso, por meio da análise estatística descritiva, procura-se caracterizar o perfil da amostra e avaliar a percepção dos cuidadores participantes dos programas em relação às atividades propostas pelo programa. Isso visa a responder à questão de pesquisa em análise e, consequentemente, a cumprir o objetivo primordial deste estudo (VENTURA, 2022).

Quadro 2 – Perfil dos respondentes

Código	Idade	Escolaridade	Estado civil	Sexo	Parentesco com a criança
A1	18	Ensino fundamental incompleto.	Solteira	F	Mãe
A2	42	Ensino fundamental incompleto.	Solteira	F	Mãe
B1	22	Ensino médio incompleto.	Solteira	F	Mãe
B2	34	Ensino médio completo.	Casada	F	Mãe
C1	52	Ensino fundamental incompleto.	Casada	F	Mãe
C2	21	Ensino médio incompleto.	Solteira	F	Mãe

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Em relação à escolaridade das entrevistadas, 2 pessoas concluíram o ensino médio completo, 1 pessoa não concluiu o ensino médio e 3 pessoas cursaram não concluíram o ensino fundamental. Sendo que as idades variam entre 18 a 52 anos. Quanto ao estado civil, 4 pessoas são solteiras, 2 são casados. Referente ao grau de parentesco, todas são mães da criança.

Os resultados apresentam questões relacionadas com a satisfação com os programas, por meio das atividades executadas pela visitadora. Vale ressaltar, que as equipes do PCF e PIM, por meio de visitas realizadas nas casas, fornecem apoio e direcionamento às famílias, com a intenção de reforçar os laços no seio familiar e comunitário, ao mesmo tempo, em que estimulam o desenvolvimento infantil (MUNHOZ et al., 2022).

O segundo conjunto de resultados aborda questões relacionadas à satisfação dos beneficiários e à percepção deles sobre o PCF e PIM no que diz respeito à contribuição do trabalho das visitadoras. No quesito: “A visitadora utiliza identificação do programa?”, o relato foi unânime, todos ressaltaram que as visitadoras vão na sua residência uniformizada com crachá, colete e mochila do programa:

A visitadora sempre traz algum tipo de material impresso em sua mochila, assim como os brinquedos e as atividades desenvolvidas na visita (A1).

As famílias destacam o compromisso da visitadora, e as crianças gostam bastante, pois despertam o interesse nas atividades desenvolvida. E posteriormente quando questionado: “A visitadora deixa claro o motivo da visita?”:

Sim, ela chega, explica qual atividade vai realizar com a criança, ela também destaca o compromisso da família está presente e questiona sobre como foi a semana, se a criança esteve doente, como estar o comportamento, e faz um relatório em toda visita para acompanhar o desenvolvimento da criança (C2).

Observa-se o interesse por parte das visitadoras em relação ao desenvolvimento da criança que está vinculada nos programas. Os serviços dos programas ajudam as famílias a obter assistência necessária. Logo, quando

questionados sobre: “Em caso de necessidade, a visitadora ajuda no encaminhamento para assistência em geral?”:

A visitadora faz tudo que estiver ao alcance dela para nos ajudar. E se precisamos de uma consulta médica, ela nos orienta a procurar o posto. Ela se informa dos dias que o posto está marcando consulta, os documentos necessários para marcar a consulta, e nos repassa tudo explicado com todos os detalhes. Na minha casa, todos somos bem assistidos pelo programa, pois todos recebemos orientações semanais de um trabalho muito bem executados pelas visitadoras (B1).

16

Logo, observou-se que as iniciativas dos municípios em implementar os programas ofereceram um suporte contínuo para as crianças, em particular os nascidos prematuramente, desempenham um papel essencial na detecção antecipada de riscos e na orientação para intervenções adequadas. Nesse sentido, ressalta em um aumento da demanda por serviços de assistência, graças às ações dos visitadores na prestação de informações e encaminhamentos. Como resultado, houve uma forte solicitação para expandir o público-alvo dos programas. Assim, quando questionadas sobre: “a visitadora cumpre com os horários combinados?”

Sim, ela chega no horário marcado, se acontece algum imprevisto ela avisa, estamos sempre em contato através do nosso grupo do WhatsApp (A2).

Observa-se, por meio das entrevistas com as famílias, que foi possível constatar que elas percebem que os programas acarretam benefícios para as crianças nos primeiros anos de vida. Em particular, entre as famílias, observaram-se alterações no comportamento atribuídas ao estreitamento dos laços familiares e ao aprimoramento das relações entre irmãos. Quando questionadas sobre se “você se sente à vontade com a visitadora?” todas ressaltaram que sim.

Sim, eu me sinto muito à vontade com a minha visitadora, ela é uma pessoa muito humana, paciente e profissional. E com o tempo, as visitas permite ter uma proximidade e uma troca de afinidade (C1).

Todas as entrevistadas compartilham os esforços da visitadora em desempenhar um papel significativo e de grande importância, especialmente no que se refere à criação de vínculos e interações com as famílias durante as visitas domiciliares. Elas percebem sua contribuição através do fornecimento de suporte, orientação, assistência e encaminhamento de benefícios às famílias. Além disso, reconhecem seu papel na promoção do fortalecimento dos laços familiares por meio das atividades, atendimento e acompanhamento. Por esse motivo que quando questionado sobre como: “Você avalia de forma positiva o PIM e o PCF?”, a resposta foi sim.

17

As visitadoras são bem treinadas e capacitadas, pois elas desenvolvem atividades que abrange os âmbitos físico, psicológico, social e intelectual da criança (B2).

Conforme definido em sua regulamentação, os programas asseguram que as visitadoras recebam capacitação em diversas áreas do conhecimento, como saúde, serviço social, direitos humanos, educação, cultura, entre outros campos. Contudo, permanecem desafios na formação das visitadoras, particularmente em relação à especificidade das crianças prematuras e à identificação precoce de riscos psíquicos ao desenvolvimento. Em outras palavras, constata-se que há lacunas no treinamento das visitadoras, que não estão plenamente equipadas para discernir quando uma criança, sobretudo um prematuro, apresenta algum problema (DENBOBA et al., 2014).

Nesse sentido, enfatiza-se que, se o propósito fundamental dos programas é promover o desenvolvimento abrangente na infância, é imperativo que as visitadoras sejam continuamente capacitadas para detectar precocemente riscos psíquicos em bebês, independentemente de serem prematuros ou não. Isso se torna crucial para alcançar os objetivos do programa. Quanto mais investimos na primeira infância e quanto mais cedo identificamos possíveis fatores de risco, maiores são as oportunidades de mitigar qualquer prejuízo ao desenvolvimento infantil. (CAVALCANTI; RIVEROS, 2020).

Portanto, reconhecendo a relevância dos programas destinados à primeira infância no que diz respeito ao desenvolvimento infantil e sua contribuição ao longo da vida, considerando também a intrincada estrutura desses programas. Logo, observa-se que tanto o PCF quanto o PIM promovem ações que visam

fortalecer o papel das famílias no cuidado, na proteção e na educação das crianças.

Logo, ficou evidente que esses programas oferecem apoio às famílias e contribuem significativamente para o desenvolvimento e aprendizado das crianças. Os agentes responsáveis concordam que a integração desses programas desempenha um papel fundamental no desenvolvimento e aprendizado das crianças.

Considerações Finais

18

A responsabilidade pela criança é compartilhada pela família, sociedade e Estado. Nesse contexto, é dever do Estado garantir políticas públicas que assegurem os direitos da criança e o acesso a serviços essenciais, como saúde, alimentação e educação, promovendo assim um nascimento e desenvolvimento infantil adequado e saudável. A implementação de políticas públicas direcionadas à primeira infância dentro das instituições governamentais desempenha um papel fundamental na garantia da proteção integral da criança, justificando, portanto, a necessidade de estudos dedicados a esse tema.

Apesar do avanço na abordagem do tema da primeira infância e do contexto legal e político que respalda os programas destinados ao desenvolvimento infantil, ainda existem desafios a serem superados. Isso porque a atenção à primeira infância pode ser considerada complexa, devido à multiplicidade de atores envolvidos, incluindo os níveis federal, estadual e municipal, além das diversas secretarias e ministérios necessários para a implementação das diretrizes estabelecidas. Além de orientar os responsáveis pela criança, sobre a importância do fortalecimento dos vínculos familiares para o desenvolvimento infantil.

Nesse sentido, este estudo teve como objetivo avaliar o Criança Feliz e o Programa Primeira Infância Melhor na percepção das famílias beneficiadas, dando ênfase ao foco da pesquisa. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, individuais, com as famílias beneficiárias dos programas. Logo, identificou que as visitas domiciliares são frequentes e estipuladas pelo Marco Legal do Programa.

Os dados foram analisados em dois blocos. O primeiro bloco apresentou o perfil das respondentes e o segundo a sua percepção em relação à satisfação com os programas, por meio das atividades executadas pelas visitadoras. Sendo assim,

proporcionou a avaliação dos programas conforme a percepção das famílias de forma positiva em todos os quesitos mencionados. É importante destacar que as visitas têm um impacto direto no montante dos recursos repassados aos municípios, uma vez que as visitas devem ser registradas no Prontuário Eletrônico do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Os resultados deste estudo, bem como sua própria execução, forneceram uma perspectiva científica da realidade dos programas, considerando o recorte analisado, e estimularam reflexões sobre a temática e a realidade da atenção à primeira infância no estado investigado. Em relação aos benefícios deste estudo, espera-se que os resultados possam contribuir para o avanço científico sobre o tema, resultando em um instrumento de avaliação da satisfação dos cuidadores que atuam no Programa Criança Feliz e Primeira Infância Melhor.

Por fim, é relevante destacar que esta pesquisa não esgota todas as possíveis questões relacionadas ao tema. Novas discussões e perspectivas podem e devem surgir para aprofundar e aprimorar o conhecimento sobre o assunto. Recomenda-se que futuras pesquisas considerem a ampliação do escopo do Estado do Rio Grande do Sul de modo a explorar a perspectiva dos municípios em diferentes territórios de desenvolvimento.

Referências

ALESSANDRA, Alessandra et al. Avaliação Qualitativa do Programa Criança Feliz: efetividade ou desperdício de investimento? **Sociedade em Debate**, v. 5, n. 1, 2023.
Disponível em:
<https://sociedadeemdebate.com.br/index.php/sd/article/view/74>.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito; MÉLO, Elisa Celina Alcantara Carvalho; BEZERRA, Josinete de Carvalho. A responsabilização da família na cena contemporânea: particularizando o Programa Criança Feliz. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 17, n. 44, 2019.
Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/45221>.

CAPILHEIRA, Carolina Dias; MOTA, Maria Renata Alonso; LOCKMANN, Kamila. As Políticas de assistência social à infância na governamentalidade neoliberal: estratégias de investimento em capital humano. **Zero-a-seis**, v. 23, n. 1, p. 1132-1154, 2021. Disponível em:
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8078819>.

CAVALCANTI, Camila Dias; RIVEROS, Jorge Luis Triana. Política Social e Garantia de Direitos: uma análise do programa criança feliz na proteção à

primeira infância no contexto do capitalismo dependente. **Caderno Virtual**, v. 3, n. 48, 2020. Disponível em:
<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/4847>.

COURI, Joseane Rotatori; SALVADOR, Evilásio. As Dimensões do Financiamento da Política de Assistência Social no Brasil. **Argumentum**, v. 9, n. 3, p. 81-97, 2017. Disponível em:
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6233897>.

DENBOBA, Amina D. et al. **Intensificando o desenvolvimento da primeira infância. Investindo na primeira infância com grandes retornos. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. São Paulo.** Recuperado de: <http://www.fmcsv.org.br/pt-br/acervo-digital/paginas/intensificando-o-desenvolvimento-da-primeira-infancia.aspx>, 2014. Disponível em:
<https://documents1.worldbank.org/curated/en/672591468329077347/pdf/929880PORTUGUEoCDoOct2014oPRTofINAL.pdf>.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2016.

GOMES, Magno Federici; FERREIRA, Leandro José. Políticas públicas e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. **Direito e Desenvolvimento**, v. 9, n. 2, p. 155-178, 2018. Disponível em:
<https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesarrollo/article/view/667>.

JACCOUD, Luciana de Barros et al. **Implementação e Coordenação Intergovernamental na Política Nacional de Assistência Social**. 2020. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10227>.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia Científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica. In: **Metodologia Científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica**. 2015.

MARINO, Eduardo. “Avaliação de Impacto e de Processo do Programa Criança Feliz–Desafios e aprendizados com a implementação do estudo”. Uma entrevista com Cesar Victora, Professor Emérito de Epidemiologia na Universidade Federal de Pelotas. **Revista Brasileira de Avaliação**, v. 11, n. 3 spe, p. 1-8, 2022. Disponível em:
<http://www.raval.periodikos.com.br/article/doi/10.4322/raval202211009>.

MARTINS, Cleci de Souza Lima et al. Guia de Integração: PIM e Criança Feliz. Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://www.pim.saude.rs.gov.br/site/wp-content/uploads/2022/08/Guia-PIM-PCF-1.pdf>.

MIRANDA, Hingrid. **Cadastro Único e os Direitos Socioassistenciais no Contexto da Política de Assistência**. 2022. Disponível em:
<https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/22834>.

MORI, Cristina Kiomi; ANDRADE, Ana Karolina. Estudo Apreciativo da Governança do Marco Legal da Primeira Infância no Brasil. **Revista Brasileira de Avaliação**, v. 10, n. 1, p. 0-0, 2021.

MUNHOZ, Tiago N. et al. Fatores Associados ao Desenvolvimento Infantil em Crianças Brasileiras: linha de base da avaliação do impacto do Programa Criança Feliz. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, p. e00316920, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/5CYG4C6xR5yQzbfqYsjx5zp/>.

PEREIRA, Andressa dos Santos; MARQUES, Caroline Ferreira. **O Programa Criança Feliz e a Execução Municipal: principais desafios**. 2018. Disponível em: <http://repositorio.laboro.edu.br:8080/jspui/handle/123456789/2186>.

SANTOS, Gabrieli Santos et al. Contribuições da Primeira Infância Melhor para o Crescimento e Desenvolvimento Infantil na percepção das Famílias. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental**, p. 67-73, 2019. Disponível em: <http://ciberindex.com/index.php/ps/article/view/P111067>.

SILVA, Lisandra Almeida da Silva. **Os Programas Primeira Infância Melhor, Criança Feliz e o Sistema Nacional de Intervenção Precoce Português: aproximações e distanciamentos**. 2021. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/9612>.

SILVA, Marcela Souza et al. Aleitamento Materno Exclusivo na Atenção Básica: intervenção na primeira infância. **Revista Eixos Tech**, v. 5, n. 1, 2018. Disponível em: <https://eixostech.pas.if sulde minas.edu.br/index.php/eixostech/article/view/205>.

VENANCIO, Sonia Isoyama. Políticas Públicas Dirigidas para Primeira Infância: uma agenda em expansão. **BIS. Boletim do Instituto de Saúde**, v. 19, n. 1, p. 15-18, 2018.

VENTURA, Tatiana Becker et al. **Políticas públicas de Atenção à Primeira Infância: estudo comparado entre o Programa Criança Feliz e o Programa Primeira Infância Melhor**. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/24023>.

ZAGO, Juliana; ANDRIGHETTI, Giordana; SEHN, Amanda Schöffel. Reflexões Acerca da Prematuridade: Papel dos Programas Criança Feliz e do Primeira Infância Melhor. **Salão do Conhecimento**, v. 8, n. 8, 2022. Disponível em: <file:///C:/Users/rafae/Downloads/22010-Texto%20do%20artigo-56055-1-2-20221013.pdf>.